

**IDEOLOGIA E PODER NO CHILE:
A DINA e a repressão na ditadura do general Augusto Pinochet**

CLÉCIO FERREIRA MENDES¹

Introdução

O presente artigo se propõe analisar o papel desempenhado pela *Direção de Inteligência Nacional*, a *DINA*, que constituiu a centralização e organização do aparato repressivo da ditadura chilena no período de 1974 a 1977. Busca-se compreender a idealização e a criação da *DINA* pela Junta de Governo Militar, sob comando direto do ditador general Augusto Pinochet. A bibliografia analisada e os documentos consultados apontam que a *DINA* não só exerceu o papel de retenção das oposições e manutenção do regime, como também corroborou com o movimento conservador de “*Refundação da República*”.

Este estudo faz parte de uma pesquisa que busca analisar criticamente a tendência revisionista da História Contemporânea Latino-Americana que caracteriza as ditaduras na América Latina apenas como uma reação ao avanço do comunismo. Neste artigo não pretendemos esgotar o assunto, ao contrário, queremos contribuir para sua ampliação e enfatizar a necessidade de aprofundar as pesquisas sobre a ditadura chilena e seu aparato repressivo. Pelo exposto, é com espanto que constatamos a insuficiência de análises sobre a ditadura no Chile e seu aparato repressivo, sendo a maioria dos trabalhos encontrados de grande relevância, mas que abordam necessariamente o golpe de 11 setembro de 1973 e a experiência socialista.

Os estudos revelam que a ditadura chilena e a *DINA* compõe um movimento amplo da direita contra as transformações sociais e políticas em curso naquele contexto e a instauração de uma planificação social e econômica de viés capitalista, pautada fundamentalmente na corrente neoliberal, tendo o caso chileno como a primeira experiência prática no mundo dessa teoria política, contrária a toda e qualquer intervenção do Estado aos mecanismos e a lógica de mercado. Portanto, é uma teoria

¹ Doutorando em História pela PUC-SP, Professor do Departamento de História da UFTM e pesquisador do CEHAL/PUC-SP. E-mail: cleciomendes@uol.com.br

que define desregulamentação de mercado e de direitos sociais em nome da liberdade para o desenvolvimento do capitalismo.

Refiro-me, bem entendido, ao Chile sob a ditadura de Pinochet. Aquele regime tem a honra de ter sido o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea. O Chile de Pinochet começou seus programas de maneira dura: desregulação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. Tudo isso foi começado no Chile, quase um decênio antes de Thatcher, na Inglaterra.(ANDERSON, 1995: 18)

Para tal, as ações estratégicas da *DINA* buscavam combater e exterminar as organizações políticas de esquerda, as lutas sociais e a autodeterminação dos trabalhadores, bem como todas as ações que apontavam nessa direção.

Um exemplo claro dessa atuação foi o combate aos “*Cordones Industriales*”, que surgem como reação a greve realizada pelos sindicatos patronais em 1972, apoiados pelos partidos de direita e profissionais liberais, na tentativa de desestabilizar o governo Allende. Os *Cordones Industriales* consistem na ação dos trabalhadores no controle e manutenção da produção sem a presença dos seus proprietários, desencadeando novos debates e reflexões acerca da relação capital-trabalho e a capacidade de emancipação da classe trabalhadora:

*A greve geral promovida por sindicatos patronais em outubro de 1972, teve a articulação e participação da Confederação de Transporte, Confederação do Comércio e Produção e da Sociedade de Fomento Fabril que paralisaram suas atividades, causando sérios problemas de abastecimento no Chile. Em conjunto com esse setor produtivo, apoiaram a greve os partidos de direita e também muitos profissionais liberais, como médicos e advogados. Neste momento, os trabalhadores organizam os *Cordones Industriales*, que foi um movimento que se iniciou, sem nenhum apoio direto ou deliberado por parte de organizações sindicais ou de partidos políticos ligados à UP. Ele reunia trabalhadores de diversas indústrias, que passaram a ocupar as fábricas paralisadas, impedindo a interrupção da produção na greve de outubro de 1972. Os *Cordones* em sua maioria reuniam delegados sindicais de médias empresas e alguns representantes das empresas da APS. Eles se estruturavam através de eleições de delegados em assembleia, rechaçando geralmente as orientações dos sindicatos ou pessoas ligados ao PC e setores do PS. Entretanto, essencialmente eram militantes e dirigentes sindicais dos chamados setores de esquerda do PS e do MIR.*

*A mobilização dos trabalhadores nas indústrias e fábricas através dos *Coordones*, mantêm a produção mesmo sem o seu proprietário, e estabelecem novas formas de funcionamento, aumentando os questionamentos em relação à divisão do trabalho e à hierarquia na fábrica. dentre outras ações que fortaleciam o Poder Popular.(BORGES, 2007: 07)*

Os documentos analisados que possibilitam problematizar a ditadura tanto da perspectiva do Estado, como das vítimas ou de organizações políticas e sociais chilenas, são documentos oficiais, chilenos e estadunidenses, como por exemplo, o Decreto-lei 521, que oficializou a criação da *DINA* e determinou quem era o inimigo do Estado e da sociedade chilena. Alguns documentos estudados são do Arquivo Confidencial de Washington de 1970 a 1975 que evidenciam a relação do governo estadunidense e a *CIA* com a direita chilena, grupos extremistas e golpistas, bem como uma determinada leitura da conjuntura chilena. É preciso destacar ainda, os documentos produzidos por organizações de direitos humanos, como o *Comitê de Cooperação para a Paz no Chile* e os testemunhos de presos políticos sobreviventes.

Um dos primeiros exercícios que a maioria dos pesquisadores que estudam as ditaduras na América Latina realiza, é a comparação entre os regimes. Trata-se de um exercício fundamental, porque as ditaduras são fruto de uma conjuntura internacional que historicamente está vinculada ao anticomunismo no período da Guerra Fria e o forte embate entre capital e trabalho travado em várias esferas. Essa postura, com toda sua complexidade, nos revela um esforço consistente e consciente para impedir e combater o crescimento do comunismo, por parte desses regimes. Contudo, essa comparação não pode se restringir a critérios estatísticos comuns. Muitos textos não acadêmicos se limitam a classificar as ditaduras mais violentas a partir dos números oficiais de mortos ou desaparecidos, ou ainda, pelo período de duração dos regimes e são incapazes, por isso, de demonstrar a natureza da violência institucional nesses países e problematizar os dados estatísticos.

Sem dúvida, isso suscita análises equivocadas, como as afirmações de que no Brasil a ditadura foi mais “branda” que em outros países da América do Sul. Esse tipo de julgamento falha no que diz respeito à busca da compreensão do real significado político, social e histórico dos regimes autoritários e inconstitucionais da América Latina. E desse modo, não havendo a percepção da profundidade das consequências das ditaduras no contexto de cada país, cria-se um empecilho para análises que suscitem questões mais relevantes para o trabalho comparativo. Portanto, através do trabalho de análise crítica dos reais significados das ditaduras podemos compreender que todas as



ditaduras latino-americanas foram igualmente violentas nas diversas esferas de atuação e que isso foi muito além das prisões e torturas.

Da queda da direita à ascensão da esquerda: a conjuntura política pré-golpe

Reconstituir as conjunturas nacionais imediatamente anteriores aos golpes de Estado na América Latina possibilita a aproximação necessária para compreender como as ditaduras latino-americanas tinham objetivos semelhantes, elementos estratégicos parecidos, e principalmente, as mesmas orientações ideológicas. Também é fundamental apreender as particularidades de cada conjuntura, pois a correlação de forças, a organização e atuação das esquerdas, assim como as mobilizações populares, são diferentes em cada contexto.

Nos casos de Chile e Brasil, por exemplo, as conjunturas são particulares, porém com diversos pontos de análise que convergem, a saber, o discurso salvacionista e anticomunista, a atuação da repressão e objetivos políticos e econômicos semelhantes.

Um exemplo importante da ligação entre os dois países foi a *Operação Condor*, destinada a vigiar a atuação dos grupos de esquerda considerados inimigos da ordem e subversivos. A Operação abrangeu os organismos de inteligência dos governos ditatoriais, como a *DINA*, de ao menos seis países: Brasil, Chile, Argentina, Paraguai, Bolívia e Uruguai. Em vista da atual Comissão da Verdade instituída no Brasil em 2012 e as atividades de investigações já em curso nos demais países começam a aparecer indícios importantes sobre as ligações entre os órgãos de inteligência.

A coordenação da Operação cabia aos órgãos de inteligência chilenos, que serviam como uma espécie de “base de informações”, estabelecendo contato direto com a CIA e repassando suas diretrizes aos demais países. Apesar de realidades distintas, há indícios de que autoridades militares brasileiras e chilenas praticavam a troca de informações, intercâmbio que pôde levar à participação do Brasil na Operação Condor, já que o Chile era o país que encabeçava as diretrizes para suas ações. (MOTTA, 2004: 251/252)

A Comissão da Verdade e Reconciliação do Chile foi criada em 1990 e teve como objetivo principal:

contribuir al esclarecimiento global de la verdad sobre las más graves violaciones a los derechos humanos cometidas entre el 11 de septiembre de 1973 y el 11 de marzo de 1990, ya fuera en el país o en el extranjero, si estas últimas tuvieron relación con el Estado de Chile o con la vida política

nacional.(COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN, 1996)

Foi a Comissão Chilena que revelou o pioneirismo do país em buscar esse pacto entre os países latino-americanos para o combate e vigiar os grupos de esquerda. A Comissão ainda revelou que o diretor da *DINA*, o General Manuel Contreras Sepúlveda, coordenou a Operação Condor e que através da *DINA* buscou,

establecer formas de coordinación con otros organismos y grupos en el exterior, tanto con servicios, con similares funciones de seguridad interior en sus respectivos países, como con grupos políticos que podían prestarle utilidad en términos generales o para operaciones específicas.(MOTTA 2004: 252)

A pesquisadora Deborah Motta revela em seu trabalho que apesar de ser difícil avaliar a real participação do Brasil na Operação Condor em vista da documentação e atraso nas investigações sobre o período, é possível constatar a ligação entre Chile e Brasil através da documentação do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo (Deops). Segundo a autora,

A troca de informações entre Brasil e Chile implicava desde o envio de materiais das organizações de esquerda (periódicos, panfletos, manifestos, etc.) até o acompanhamento diário, por parte dos agentes do Deops, de jornais nacionais que tratavam da presença de chilenos no país e notas em periódicos que noticiavam algo sobre a situação política do Brasil ou de brasileiros exilados. Há um maior acúmulo de informações nos aniversários do golpe militar chileno, mostrando que havia uma preocupação, por parte dos agentes de informações do Deops, de monitorar qualquer tipo de manifestação em homenagem à morte de Salvador Allende ou manifestações de repúdio ao governo Pinochet por parte de brasileiros ligados a grupos políticos ou de membros da comunidade chilena no Brasil.(Ibid: 253)

No Chile a perspectiva das esquerdas desde 1938, quando da primeira vitória da *Frente Popular*, liderada pelo *Partido Radical* em aliança com os *Partidos Comunista e Socialista*, foi de ascensão com possibilidades reais de vitória, ao mesmo tempo em que se constatava o declínio da direita.

Esse declínio da direita chilena é sentido nas eleições presidenciais de 1964, quando não tiveram forças para um enfrentamento direto contra a candidatura de Salvador Allende, assim buscaram a aliança com a *Democracia Cristã*. Essa atitude evitou a vitória de Allende, mas não impediu a própria derrota vexatória nas eleições

parlamentares no ano seguinte, quando recebeu apenas 12,5% dos votos, muito abaixo dos 30,4% que obteve em 1961, e com isso elegeu apenas 9 dos 147 deputados, aliás, resultado muito parecido com o dos comunistas que obtiverem 12,4% de votos.

Diante do enfraquecimento da sua influência política e do fraco desempenho nas eleições parlamentares de 1965 liberais e conservadores, correntes políticas tradicionais que compõe a direita no Chile, criam o *Partido Nacional*. É o início do discurso e do movimento da *Refundação da República*, com caráter nacionalista e anticomunista:

El Partido Nacional no fue organizado para colocar parches o servir de muleta a un sistema endecadencia. Además, esta actitud de enfermero resulta contraproducente. Si damos oxígeno al moribundo, retardaremos el desenlace, que a todos nos interesa se produzca pronto, antes de que el organismo nacional haya sido roído hasta los huesos por los parásitos políticos y por el virus internacionalista. Ésta es la tarea que se ha trazado el Partido Nacional: restaurar los valores de la Nacionalidad y modernizar el Estado. (AMORÓS, 2009:71)

Além do nacionalismo e do anticomunismo o *Partido Nacional* também surge com um novo discurso, a afirmação de que o sistema político chileno está esgotado e necessitando modernização. Nesse momento, o *Partido Nacional* não compôs a aliança com o PDC (Partido Democrático Cristão), com a intenção de buscar a hegemonia e liderança do pensamento de direita.

Em suma, o cenário político que se desenhou nas eleições de 1970 era a direita fragmentada e a esquerda unificada em torno da candidatura de Salvador Allende e da frente de Unidade Popular (UP). Desde então, ocorreu o fortalecimento das organizações populares após a vitória Allende, o revigoramento da esquerda junto à classe trabalhadora, a radicalização do discurso dessa mesma classe. Com o governo Allende eleito começaram profundas transformações sociais, econômicas e políticas, como a participação popular direta através de plebiscitos, que sustentou a permanência do governo mesmo com contínuos ataques e tentativas de desestabilização da direita.

Entretanto, o discurso e o movimento dos derrotados demonstraram explicitamente o não reconhecimento e a legitimidade do sistema político e dos resultados eleitorais e, portanto, a intencionalidade de concretizar a chamada *Refundação da República* já nas eleições de 1970 independente de seu resultado, como aponta o historiador Corvalán Marquéz, sobre as bases que sustentaram o regime militar de 1973 a 1990:

Ahor bien, podrías sostenerse que en el pensamiento político de la derecha de 1970, en particular en el de su elite más radicalizada, estaban contenidos los planteamientos claves en los que los militares sustentarían su régimen entre 1973 y 1990. En primer lugar, se puede mencionar al respecto la tesis nacionalista según la cual los problemas fundamentales del país estarían cruzados por la dualidad nación versus elementos foráneos que tratan de destruirla desde dentro. En segundo lugar, figuraba un mesianismo fundador de la nacionalidad. En tercer lugar, se situaba la concepción de la seguridad nacional, encarnada en una medida en el rol relevante que se postulaba para las FFAA dentro del sistema político. A ello agréguese, en lo económico, el esquema neoliberal, que los militares aplicarían en su variable más radical, es decir, a través de la política de shock, tal como en los debates de 1970 al interior del PN lo postulaban los economistas de Chicago. (CORVALÁN apud AMORÓS, 2001: 108)

Nesse momento a realidade se aproxima da teoria e as semelhanças entre as ditaduras latino-americanas não são fruto da casualidade, ou apenas, de uma caracterização das organizações militares como instituições com características semelhantes independentemente do país, portanto não se trata de movimentos estritamente autônomos de Juntas Militares, mas da máxima materialização da luta de classes. A violência que viria dos golpes militares tinha como objetivos o extermínio da esquerda e das lutas sociais como uma das etapas para uma planificação social e econômica, com vistas à modernização capitalista. O golpe pode ser visto no Chile como um movimento contrarrevolucionário, mediante um governo assumidamente socialista, e assim como no Brasil, se constituindo num Estado bonapartista, como aponta Ricardo Antunes ao analisar o Estado Brasileiro pós-64:

Quer por necessidade autodefensiva, quer pela necessidade de continuar dominando, - e quer pela própria natureza autocrática desta dominação - as distintas frações burguesas, após recorrerem ao golpe de Estado, deram início a uma forma particular de Estado bonapartista em nosso país. (ANTUNES, 1988: 116)

DINA: a consolidação do poder

A partir do golpe comandado pelo general Augusto Pinochet em 11 de setembro de 1973 é possível avaliar o início de uma nova formatação do poder do Estado com ao menos dois objetivos imbricados. Primeiro, o extermínio da esquerda, do *Poder Popular* e de todas as lutas sociais que se fortaleceram ao longo do governo de Salvador

Allende, eleito como candidato pela UP (Unidade Popular). Em segundo lugar, a reformulação da sociedade chilena pautada na ideologia conservadora da nova direita, que é ancorada fundamentalmente nos movimentos organizados no período pré-golpe que objetivavam a instabilidade do governo Allende. (BANDEIRA, 2008)

A criação da *DINA* é apontada por diversos autores, como Mario Amorós, como o elemento que além de controlar todas as ações das Forças Armadas e policiais, definir um pensamento único na condução do regime acabando com as disputas internas, também consolida o poder absoluto do general Pinochet.

En apenas quince meses quien se unió a regañadientes al golpe de estado que altos oficiales de las ramas de las Fuerzas Armadas preparaban desde hacía meses, quien afirmo después que los cuatro miembros de la junta se turnarían al frente de la misma, se convirtió en un dictador con poderes indiscutibles y con un poderoso organismo represivo a su servicio, encargado de la exterminio de la izquierda, pero también de prevenir posibles disidencias en el seno de las Fuerzas Armadas. En la consolidación de su poder fue esencial la actuación de la DINA. (AMORÓS, 2009: 3)

Já no documento oficial de criação da *DINA*, de 5 de janeiro de 1974, com o carimbo de documento “secreto”, ficaram definidas as balizas de organização do órgão repressor: concentração de todas as ações das Forças Armadas e policiais, subordinação total à Junta Militar do governo e a colaboração total e irrestrita dos órgãos citados às demandas e investigações da *DINA*. Além, é claro, do sigilo absoluto sobre as atividades e investigações da *Dirección de Inteligencia Nacional*, sendo que para isso todos os funcionários deviam ocultar a existência da *DINA* e suas ações.

Pongo en conocimiento de Ustedes que se a creado la Dirección de Inteligencia Nacional (DINA) con personal de las Instituciones Armadas y Policiales de la República, que asesorará a la Junta Militar en todas las materias referidas a Seguridad Interior y Exterior del Estado, para lo cual dependerá exclusivamente de la Junta que me honro en presidir. (Fundación Documentación Y Archivo Vicaría de la Solidaridad)

Podemos deprender do documento acima, que além das Forças Armadas formarem a *DINA*, o órgão só responde diretamente a Junta Militar, e conseqüentemente ao seu presidente, que subscreve o documento, o general Augusto Pinochet.

Em 5 de janeiro de 1974, Pinochet ainda não é denominado presidente, pois até 1974, o país é governado por uma *Junta Militar de Gobierno*, porém num processo de concentração de poder nas mãos de seu presidente, que através da *DINA* - uma força

especial, armada, acima da própria estrutura hierárquica militar e policial - garante a sua permanência como *Chefe Supremo da Nação*, através do decreto-lei 527, de 27 de junho de 1974. E em dezembro do mesmo ano, com o decreto-lei 806 Pinochet foi promulgado Presidente da República, e o que se constatou posteriormente, é que ele não cumpriu a rotatividade apontada no início da ditadura, como afirmou ao jornal *La Segunda*:

Hubo un trato que fue en realidad de caballeros. Yo no pretendo estar dirigiendola junta durante lo que dure ésta. Lo o que haremos rotar. Ahoraso yo. Mañana será el almirante Merino, luego el general Leigh y después el general Mendoza. No tengo interés de aparecer como una persona irremplazable. Yo no tengo ninguna aspiración y eso lo he manifestado siempre. (Fundación Documentación Y Archivo Vicaría de la Solidaridad)

Mesmo não cumprindo a promessa Pinochet não teve maiores problemas na junção militar de governo, uma vez que com a *DINA* em ação, não somente a esquerda é combatida, como também toda e qualquer dissidência do seu governo. Nesse sentido também é atribuída a *DINA* a suspeita das mortes de generais que compunham a Junta de Governo ou que participaram do golpe de Estado, como nos casos do General Augusto Lutz, morto em novembro de 1974, sob condições não esclarecidas e o General Bonilla em acidente aéreo em 1975.

A partir de 14 de junho de 1974, a *DINA* deixa de ser um organismo secreto e passa a ser formalizada legalmente com o Decreto-lei 521, que além de ordenar oito artigos a criação do organismo, sua finalidade de proporcionar uma sistematização e processamento das informações, também define a sua direção, estrutura financeira e todo o aparato material e pessoal para seu funcionamento.

Em meio aos artigos deste decreto-lei, um em especial chama a atenção, o artigo nº 4 que pronuncia:

El Director de Inteligencia Nacional podrá requerir de cualquier servicio del Estado, municipalidades, persona jurídicas creadas por ley o de las empresas o sociedades em que el Estado o sus empresas tengan aportes de capital, representación o participación, los informes o antecedentes que estime necesarios para el eficaz cumplimiento de sus cometidos. Del incumplimiento de esta obligación podrá dar cuenta al Contralor General de la República a fin de que aplique al infractor, directamente, cualquiera de las sanciones administrativas contempladas en el respectivo estatuto que rija su desempeño. (Fundación Documentación Y Archivo Vicaría de la Solidaridad)

A participação de empresas privadas, seja com a doação de equipamentos ou ajuda financeira direta, foi prevista em decreto, na criação da *DINA*, como uma obrigatoriedade mediante a qualquer solicitação do Diretor de Inteligência, inclusive prevendo aplicação de sanções caso não atendido o serviço solicitado. É válido observar que os tais serviços requeridos não são claramente definidos, apenas indica-se a obrigatoriedade de cumprir “qualquer serviço” solicitado.

No 4º artigo, ainda, é possível perceber a consolidação do poder absoluto da *DINA*, e conseqüentemente, o poder do general Pinochet sobre a sociedade chilena, assegurando que a condução do processo chamado de Refundação da República.

Isso contribui para cumprir a função social e política imposta pela Junta Militar de Governo, primeiramente porque impõe o uso ilimitado do poder do Estado sobre as relações sociais, econômicas e culturais. A partir de então todos devem atender ao Estado, suas ordens e demandas, ou seja, aquilo que vinha se constituindo como o Poder Popular ao longo do governo de Salvador Allende, passa a ser combatido dentro dessa nova lógica contrarrevolucionária.

Conclusão

ADINA não deve ser entendida unicamente como um aparato repressivo de violência para conter as esquerdas chilenas, mas também como um elemento essencial após o golpe militar para implementar os projetos de *Refundação da República*, além da implantação do neoliberalismo como retomada e redirecionamento do capitalismo no território chileno. Todo esse contexto fundamenta a ideologia da chamada “*Democracia Protegida*”, que em síntese, consistia em impedir o avanço da esquerda e do marxismo, e conseqüentemente validar a direita como corrente única na vida política do país, mesmo após a saída dos militares do poder.

Em 1977, após forte pressão internacional baseada em denúncias dos vários crimes cometidos tanto em território nacional como internacional, a *DINA* é substituída pela *Central Nacional de Informação*, a *CNI*, através do decreto lei 1.873 de 13 de agosto de 1977. A *CNI* deu continuidade a função exercida pela *DINA* nos anos seguintes do regime até o seu fim em 1990.

O que se vê em 1990 é o fim de um regime, mas não a derrota dos seus objetivos. Mesmo com a vitória do “Não” no referendo sobre a permanência de Pinochet no poder, com a massiva participação popular impondo o fim da ditadura, a sociedade de mercado, pautada nas teorias neoliberais, estava consolidada e não foi modificada posteriormente.

Percebem-se ainda os resultados vitoriosos daquele projeto civil-militar, da unidade burguesia e forças armadas, quando mesmo na transição os militares impõem suas regras e seus crimes e atentados aos direitos humanos são parcialmente reconhecidos e não há punição.

A Comissão de Verdade e Reconciliação, o informe Rettig, consegue provar a existência de mais de dois mil assassinatos e desaparecimentos e gerar o reconhecimento do Estado de terror e genocida da ditadura. Mas a condenação só veio por meio de alguns juízes nos casos de Manuel Contreras, pelo assassinato do ex-chanceler Orlando Letelier e da prisão Pinochet em Londres por decisão do juiz espanhol Baltassar Garzón, em julgamento por crime aos direitos humanos e as mortes de cidadãos espanhóis pelo regime. Essas são apenas duas condenações, mas as mais simbólicas historicamente.

Vale ainda ressaltar que o Chile após o fim da ditadura nunca mais foi o mesmo, as lutas sociais continuam sendo sufocadas, os partidos da esquerda não tem representações eleitas para o parlamento, surge uma nova esquerda moderada em coalizão com a Democracia Cristã e sem a intenção de confrontar a sociedade de mercado e continuam a gerir o neoliberalismo como orientação política, econômica e social. O aparato repressivo cumpriu o seu papel e concretizou as pretensões burguesas. Outro desafio surge, compreender criticamente a transição democrática chilena e acompanhar atentamente a construção de um novo cenário político da luta de classes.

Referências Bibliográficas

AMORÓS, Mario. La DINA: El puño de Pinochet. (53° Congreso Internacional de Americanistas. México, 2009) <http://www.archivochile.com/entrada.html> Acesso em: 17 setembro 2012.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

ANDERSON, Perry. O Balanço do Neoliberalismo, in: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978-1980*. Ensaio, Editora da UNICAMP, Campinas. 1988.

BORGES, Elisa de Campos. O movimento operário no Governo de Salvador Allende (1970-1973): O caso dos Cordones Industriales. Artigo publicado em Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *Fórmula para o caos: Ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973)*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2008.

MOTTA, Déborah Estri. A Repressão extranacional na ditadura militar brasileira: a vigilância do DEOPS paulista sobre o Chile (1970-73). *Projeto História*, São Paulo, nº 29, tomo 1, p. 251-256, dez. 2004.

FONTES

Fundacion Documentacion Y Archivo Vicaría de la Solidaridad. Decreto de Criação da DINA Em: <<http://www.archivovicaria.cl>> Acesso 03 maio 2013

Fundacion Documentacion Y Archivo Vicaría de la Solidaridad. Decreto Lei 521 Em: <<http://www.archivovicaria.cl>> Acesso 03 maio 2013

COMISIÓN NACIONAL DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. INFORME RETTIG Em: <http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html> Acesso 03 maio 2013